



Bruna Pedry Bade

**ECONOMIA INTERNACIONAL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DA
FORMAÇÃO À GLOBALIZAÇÃO**

**Horizontina/RS
2025**

Bruna Pedry Bade

**ECONOMIA INTERNACIONAL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DA
FORMAÇÃO À GLOBALIZAÇÃO**

Trabalho Final de Curso apresentado como
requisito parcial para a obtenção do título de
Bacharel em Ciências Econômicas pelo Curso
de Ciências Econômicas da Faculdade
Horizontina (FAHOR).

ORIENTADOR: Márcio Leandro Kalkmann, mestre

Horizontina/RS

2025

FAHOR – FACULDADE HORIZONTINA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a monografia:

“Economia Internacional: Uma Análise Histórica da Formação à Globalização”

Elaborada por:

Bruna Pedry Bade

como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Econômicas

Aprovado em: 04/12/2025

Pela Comissão Examinadora

Mestre. Márcio Leandro Kalkmann
Presidente da Comissão Examinadora - Orientador

Mestre. Ivete Ruppenthal Ebrin
FAHOR – Faculdade Horizontina

Mestre. Stephan Sawitzki
FAHOR – Faculdade Horizontina

Horizontina/RS

2025

RESUMO

O estudo analisa a evolução histórica da economia internacional, desde suas origens até a consolidação da globalização contemporânea, demonstrando que o sistema econômico global não é fruto de um processo espontâneo, mas resultado de decisões políticas, avanços tecnológicos e transformações estruturais ao longo dos séculos. O problema de estudo é: de que maneira a escassez de recursos e a ampliação da demanda estimularam o surgimento e a expansão das trocas internacionais ao longo da história? O objetivo geral consiste em analisar o processo histórico de formação e consolidação da economia internacional, identificando os principais fatores que contribuíram para sua ascensão ao longo dos séculos. A metodologia utilizada foi de pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem dedutiva, empregando os métodos histórico e comparativo, bem como a técnica de documentação indireta por meio de pesquisa bibliográfica e documental. A análise de dados foi qualitativa e foi utilizado da análise de conteúdo. Foram abordados os principais eventos históricos, como a transição do Mercantilismo para o Liberalismo, a Revolução Industrial e as crises do século XX, além da criação de instituições financeiras internacionais. Também se discutem os benefícios e desafios da globalização, bem como a relevância das teorias clássicas e modernas da economia internacional para compreender as dinâmicas atuais. Conclui-se que o aumento no poder de compra leva a uma demanda mais exigente de recursos escassos, e que cada vez mais inovações são necessárias para que tais recursos sejam administrados da melhor forma possível.

Palavras-chave: Globalização. História. Economia.

ABSTRACT

The study analyzes the historical evolution of the international economy, from its origins to the consolidation of contemporary globalization, demonstrating that the global economic system is not the result of a spontaneous process but rather the outcome of political decisions, technological advances, and structural transformations throughout the centuries. The research question is: in what way did resource scarcity and the expansion of demand stimulate the emergence and growth of international trade throughout history? The general objective is to examine the historical process of formation and consolidation of the international economy, identifying the main factors that contributed to its expansion over time. The methodology employed consists of exploratory and descriptive research with a deductive approach, using historical and comparative methods, as well as indirect documentation techniques through bibliographic and documentary research. Data analysis was qualitative and supported by content analysis. The study addresses major historical events, such as the transition from Mercantilism to Liberalism, the Industrial Revolution, and the crises of the 20th century, as well as the creation of international financial institutions. The benefits and challenges of globalization are also discussed, along with the relevance of classical and modern theories of international economics for understanding current dynamics. It is concluded that the increase in purchasing power leads to a more rigorous demand for scarce resources, and that increasingly more innovations are necessary to manage these resources in the best possible way.

Keywords: Globalization. History. Economics.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura

Figura 1: Linha do Tempo (Séculos)	28
--	----

Quadros

Quadro 1: Integração Econômica: Tipos de Acordos	22
Quadro 2: Fases e Transformações Históricas	30
Quadro 3: Principais Teorias Econômicas	35

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 METODOLOGIA	11
3 REVISÃO DA LITERATURA	13
3.1 A ECONOMIA INTERNACIONAL	13
3.1.1 Perspectiva Histórica	14
3.1.2 Globalização	16
3.2 TEORIAS ECONÔMICAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL	17
3.2.1 Teoria da Vantagem Absoluta	18
3.2.2 Teoria da Vantagem Comparativa.....	18
3.2.3 Teoria da Demanda Recíproca	19
3.2.4 Teoria da Dotação dos Fatores	20
3.3 DINÂMICAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL	21
3.3.1 Integração Econômica	22
3.3.2 Barreiras ao Comércio Internacional.....	25
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	27
4.1 EVENTOS HISTÓRICOS E TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS	27
4.1.1 Principais eventos históricos.....	28
4.1.2 Transformações observadas.....	30
4.2 DINÂMICAS DA GLOBALIZAÇÃO	32
4.2.1 Benefícios da globalização.....	33
4.2.2 Desafios da globalização.....	34
4.3 TEORIAS ECONÔMICAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL	35
4.3.1 Teorias clássicas.....	36
4.3.2 Teorias modernas.....	36
4.4 SÍNTESE DOS RESULTADOS	37
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS.....	42

1 INTRODUÇÃO

Por séculos, as sociedades vêm aderindo a tecnologias e inovações como resposta à escassez de recursos e à necessidade de otimizar seu aproveitamento. Desde os primeiros agrupamentos humanos até os sistemas econômicos contemporâneos, a capacidade de adaptação foi essencial para garantir a sobrevivência e o progresso. Essa evolução está ligada ao desenvolvimento das formas de troca, negociação e comércio, práticas fundamentais para a sustentação das economias em diferentes épocas. À medida que o tempo avançava, também foram evoluindo as formas de organização social e econômica, que passaram a exigir estruturas mais complexas para lidar com os desafios de um mundo cada vez mais interconectado.

As transações internacionais, antes limitadas a trocas locais ou regionais, expandiram-se progressivamente à medida que surgiam novos meios de transporte e comunicação. A invenção da navegação marítima, dos trens, dos aviões, do telefone e, mais recentemente, da internet, transformou profundamente a dinâmica econômica global, reduzindo distâncias físicas e viabilizando uma nova configuração das relações comerciais, que segundo Freitas (1985), estão condicionadas em relações econômicas (comércio, pagamentos e investimentos) e relações de poder (cooperação, competição e oposição).

Com essas transformações, surgiram também novas necessidades de integração internacional, o que impulsionou a criação de organizações e instituições financeiras com o objetivo de facilitar a interação entre diferentes agentes econômicos. Agentes superavitários (com recursos excedentes) buscam cada vez mais oportunidades para aplicar seu capital, enquanto agentes deficitários (que precisam de recursos) tornam-se potenciais receptores de investimentos. Essa lógica permitiu a aproximação comercial entre países geograficamente distantes, mas economicamente complementares.

Diante desse contexto, a presente monografia tem como tema a evolução histórica da economia internacional. Por meio de uma análise aprofundada da constituição desse sistema, busca-se responder à pergunta: de que maneira a

escassez de recursos e a ampliação da demanda estimularam o surgimento e a expansão das trocas internacionais ao longo da história?

Segundo Maia (2006), o passado é o laboratório de um economista, uma vez que o conhecimento da história e da origem dos mercados proporciona uma compreensão mais ampla e aprofundada das dinâmicas econômicas contemporâneas. A análise de eventos, transformações e estruturas que marcaram a evolução da economia internacional permite identificar padrões recorrentes, bem como compreender as causas e consequências das decisões econômicas ao longo do tempo. Dessa forma, a perspectiva histórica oferece uma visão sistêmica do comércio global, contribuindo significativamente para a construção de uma base teórica sólida e crítica, indispensável à interpretação dos desafios atuais e à elaboração de projeções futuras fundamentadas.

Além disso, o estudo da história econômica internacional evidencia a influência de fatores políticos, sociais e culturais nas relações comerciais entre as nações, demonstrando que a economia não se desenvolve de maneira isolada, mas em constante interação com outros campos do saber. Compreender como guerras, processos de colonização, tratados internacionais e crises globais moldaram as estruturas de poder e os fluxos de capital permite uma leitura crítica das disparidades econômicas que ainda persistem.

Nesse sentido, justifica-se a relevância do estudo da história econômica internacional como ferramenta essencial para a análise crítica das complexas relações econômicas globais. A partir da consideração dos diversos momentos históricos e das condições que moldaram o sistema comercial mundial, torna-se possível desenvolver uma visão mais abrangente e fundamentada das desigualdades e interdependências que caracterizam a economia contemporânea.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar o processo histórico de formação e consolidação da economia internacional, identificando os principais fatores que contribuíram para sua ascensão ao longo dos séculos. Para atingir o objetivo geral da pesquisa, estabeleceu-se os seguintes objetivos específicos, buscando aprofundar a análise em aspectos particulares relacionados ao tema proposto:

- a) Investigar as origens do comércio internacional;
- b) Examinar os principais eventos históricos e transformações estruturais que contribuíram para a consolidação da economia internacional ao longo do tempo;

- c) Analisar os desafios e contribuições advindos da globalização para o desenvolvimento econômico;
- d) Estudar as principais teorias econômicas que explicam o funcionamento e a evolução do comércio internacional no contexto histórico.

Após esta introdução, apresenta-se a metodologia utilizada no desenvolvimento da monografia proposta, com os métodos e técnicas aplicadas. Na sequência, traz-se a revisão da literatura existente sobre o tema, explorando a perspectiva histórica, a globalização e as principais teorias econômicas do comércio internacional, seguido das análises de resultado e das considerações finais.

2 METODOLOGIA

Segundo Marconi e Lakatos (2022), o método envolve atividades sistemáticas e racionais que levam a conhecimentos válidos e verdadeiros, por meio de um caminho que contempla a detecção de erros e auxilia o pesquisador nas decisões. No passado, pensadores tinham a ideia de definir um método universal para todas as áreas do conhecimento. Já hoje em dia é preferível falar de uma diversidade de métodos, determinados pelo objeto a investigar e as proposições a descobrir (Gil, 2019). A seguir são apresentados os métodos e técnicas desta pesquisa.

Para análise das teorias econômicas do comércio internacional, a presente pesquisa, baseada nos seus objetivos, é de caráter exploratório e descritivo. A pesquisa exploratória, de acordo com Prodanov e Freitas (2013), busca proporcionar mais informações sobre o assunto investigado, permitindo o estudo do tema sob diversos aspectos, com levantamento bibliográfico e análise de exemplos. Já a pesquisa descritiva busca classificar, explicar e interpretar fatos, envolvendo levantamentos e técnicas de coleta de dados; “em sua forma mais simples, as pesquisas descritivas aproximam-se das exploratórias, quando proporcionam uma nova visão do problema” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 53).

O presente estudo utilizou do caráter descritivo para detalhar os temas explorados, procurando estabelecer nos resultados uma conexão entre os acontecimentos históricos classificados no referencial. O método de abordagem adotado é dedutivo, pois tem o objetivo de explicar o conteúdo de premissas e chegar a uma conclusão por meio do raciocínio lógico, partindo do geral para o particular (Prodanov; Freitas, 2013).

Enquanto métodos de procedimento, a pesquisa recorreu aos métodos histórico e comparativo. Segundo Marconi e Lakatos (2022), a análise histórica permite a percepção de continuidade e entrelaçamento entre os fenômenos observados. O método comparativo auxilia a verificar e explicar divergências e semelhanças entre grupos e sociedades, tanto no presente como no passado. Ambos os métodos foram utilizados para uma melhor compreensão dos assuntos investigados na pesquisa, facilitando o estudo através do conhecimento da origem do comércio e comparando conceitos complexos a outros mais simples.

No presente estudo, foi aplicada a técnica de coleta de dados de documentação indireta através de pesquisa bibliográfica e documental, utilizando livros e artigos científicos, para explorar todas as informações disponíveis sobre o presente tema de análise. De acordo com Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa bibliográfica é elaborada a partir de materiais já publicados para colocar o pesquisador em contato com tudo que já foi escrito sobre o tema, enquanto a pesquisa documental é baseada em materiais que ainda não tiveram um tratamento analítico e que podem ser adaptados de acordo com os objetivos do estudo; ambas as pesquisas fazem parte da técnica de documentação indireta.

A análise dos dados deu-se por meio de análise qualitativa, visando explanar os dados de acordo com sua natureza. Segundo Richardson (2015), apud Marconi e Lakatos (2022), a análise qualitativa considera aspectos mais profundos e de maior complexidade, com maior detalhamento sobre investigações, hábitos e tendências. A pesquisa qualitativa trabalha com amostras reduzidas sem instrumentos de coleta estruturados.

O presente trabalho empregou a análise de conteúdo para leitura de informações importantes para o tema em estudo, que segundo Bardin (1977), refere-se a um conjunto de instrumentos que se aplicam a conteúdos extremamente diversos. Como apoio instrumental, foram utilizadas ferramentas de organização e análise de dados, a exemplo de planilhas eletrônicas, que auxiliaram na sistematização das informações coletadas.

3 REVISÃO DA LITERATURA

Segundo Maia (2006), muitas ações humanas relacionadas com a atividade econômica não respeitam fronteiras nacionais. Através da literatura revisada no presente referencial teórico, foram explorados conceitos e histórico da Economia Internacional, definições das principais Teorias de Comércio Internacional e necessidades do Comércio Internacional.

3.1 A ECONOMIA INTERNACIONAL

O campo de interesse da economia internacional é a interação econômica entre Estados soberanos, que pode ser dividida em alguns temas mais recorrentes: ganhos do comércio e o quanto de comércio deve ser permitido, padrões do comércio, balanço de pagamentos, taxa de câmbio, políticas econômicas internacionais e mercado internacional de capitais (Krugman; Obstfeld, 2005). Assim, trata-se de um campo abrangente, que busca compreender tanto os fundamentos teóricos quanto as implicações práticas da crescente interdependência entre as economias mundiais.

Maia (2006) explana ainda que a economia internacional engloba importação, exportação, serviços, movimentos de capitais e transferências de renda e unilaterais; atividades que são facilitadas com a evolução dos meios de transporte e de comunicação. Dessa forma, a evolução desses sistemas desempenha papel essencial na ampliação das interações econômicas entre países, favorecendo maior integração e dinamismo no cenário internacional.

Para Carbaugh (2004), a interdependência econômica vem tornando-se cada vez mais complexa. A comunidade econômica tem dedicado esforço para incentivar a cooperação entre os países industrializados e os menos desenvolvidos, visto que a integração do comércio leva a um maior proveito da especialização e uma variedade ampla de produtos por um custo menor.

3.1.1 Perspectiva Histórica

No passado mais remoto, é possível destacar alguns momentos de grande importância para o desenvolvimento de uma economia internacional: Roma, que enquanto grande império negociava com países distantes como China e Índia; as Cruzadas, que durante a Idade Média introduziram na Europa bens que vinham do Oriente; e a Era dos Descobrimentos, onde os comerciantes europeus ganharam maior status social devido ao impulso do comércio com a Ásia (Maia, 2006).

O Mercantilismo foi o modelo predominante de 1500 a 1750, onde o governo tinha grande poder nas decisões econômicas, decidindo quem podia produzir, importar ou comercializar, em um momento onde a preocupação era ter reserva de metais preciosos; exportações eram estimuladas e importações desestimuladas, embora isso não favorecesse a vida do povo (Maia, 2006). Já no século XVIII surgiu o Liberalismo, que foi fortemente defendido por Adam Smith e tinha como características o livre mercado, a iniciativa individual e a desregulamentação. Nesse modelo, cabia ao Estado somente a preservação da justiça, a defesa nacional e a participação em empreendimentos onde não houvesse interesse da iniciativa particular, que tinha como objetivo o lucro.

Segundo Hugon (1978), uma tríplice transformação foi observada na Europa entre os anos de 1450 e 1750, de ordem intelectual, geográfica e política. Houve o Renascimento, o surgimento do Estado moderno e o início das grandes descobertas. O autor também destaca que houve um capitalismo comercial e regulamentar em desenvolvimento ao longo do período mercantilista, preparando o advento do capitalismo industrial.

No final do século XVIII, com a junção do liberalismo econômico e o desenvolvimento tecnológico, observava-se a Revolução Industrial, onde a energia a vapor permitiu avanços nos transportes e nas máquinas industriais, gerando um aumento de produtividade que levou a uma elevação no padrão de vida da época (Maia, 2006). Embora o desemprego possa ser destacado como uma característica negativa, mais tarde ele não se mostrou tão presente, pois o crescimento do padrão de vida gerava novas necessidades que levavam a novos empregos.

Com o avanço tecnológico, chegou o petróleo, a eletricidade, a produção em linhas de montagem de Ford, o avião e diversas outras inovações, que alteraram a estrutura social e impactaram até o Sistema Monetário, quando foi necessária a

criação de um banco central para os bancos centrais (BIS: Bank for International Settlements). Nesse momento, os ciclos econômicos já afetavam toda a economia mundial (Maia, 2006).

Hugon (1978) destaca que à medida que a ciência econômica se desenvolvia, muitos autores observavam uma divisão entre a teoria clássica e a realidade. Enquanto a teoria utilizava do que existia de uniforme nos fenômenos econômicos, a prática apresentava uma crescente diversidade de fenômenos e uma relação que se mostrava cada vez mais estreita entre o econômico e o social.

Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que praticamente destruiu a indústria europeia, os Estados Unidos passaram a abastecer os países aliados, o que levou a um grande crescimento da economia americana. Em 1927, Canadá e Inglaterra enfrentaram uma recessão que afetou a indústria dos Estados Unidos, que passou a ter grandes estoques e precisou diminuir sua produção, levando ao desemprego, enquanto “a bolsa de New York continuava firme; o preço das ações mantinha-se em nível elevado. Essa situação de alta era sustentada pelos especuladores” (Maia, 2006, p. 132).

Em 1929, teve início a chamada Grande Depressão, uma das mais severas crises econômicas da história do capitalismo, cujos efeitos se estenderam por quase uma década e impactaram profundamente as economias de diversos países. A quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque desencadeou uma série de colapsos financeiros, falências empresariais, desemprego em massa e retração do comércio internacional. Diante da ineficácia das políticas econômicas liberais clássicas para conter os efeitos da crise, surgiu a necessidade de novas abordagens teóricas e práticas, o que deu destaque às ideias de Keynes (Maia, 2006). A crise de 1929, portanto, marcou uma inflexão no pensamento econômico, abrindo espaço para o desenvolvimento de políticas econômicas que influenciariam significativamente as décadas seguintes.

Segundo Hunt e Sherman (1994), a Grande Depressão de 1930 causou um rompimento com a visão neoclássica ortodoxa, na qual o desemprego constitui um ajuste conjuntural e efêmero frente a um desequilíbrio temporário. A Segunda Guerra Mundial comprovou que a intervenção estatal poderia assegurar o pleno emprego, de acordo com as ideias de Keynes que conquistaram ampla aceitação. No entanto, enquanto as teorias de Keynes permitiram à ideologia neoclássica

elementos para enfrentar o grande problema econômico, elas também agravaram outros problemas.

3.1.2 Globalização

Segundo Maia (2006), a globalização é a unificação do mercado em escala global, processo iniciado há cinco séculos com as Grandes Navegações. Existe a globalização financeira, que é entendida como a expansão dos fluxos financeiros internacionais, o acirramento na concorrência dos mercados de capital internacionais, e a integração entre os sistemas financeiros nacionais, e a globalização produtiva, que refere-se ao “avanço do processo de internacionalização da produção, o acirramento da concorrência internacional e a maior integração entre as estruturas produtivas das economias nacionais” (Baumann; Canuto; Gonçalves, 2004, p. 226).

A globalização começou a ser impulsionada pelas mudanças tecnológicas observadas após a Revolução Industrial do século XVIII, quando um aumento na produtividade acompanhado de menor custo de transporte começou a aproximar pessoas e empresas, ampliando a fronteira de bens e serviços (Carbaugh, 2004). Assim, cada vez menos produtos podem ser fabricados de maneira competitiva somente na indústria interna de um país, com tecnologia, emprego, capital e conhecimento sendo transferidos pelo mundo inteiro.

Segundo Freitas (1985), uma das grandes transformações tecnológicas foi o encurtamento das distâncias social e econômica. Nesse contexto, a intensificação dos fluxos de comércio e capitais ao longo dos séculos XX e XXI consolidou a globalização como um fenômeno estruturante da economia internacional contemporânea.

Ainda segundo o mesmo autor, a crescente interdependência entre as nações tornou as economias nacionais mais vulneráveis às oscilações externas, ao mesmo tempo em que ampliou as oportunidades de crescimento por meio da especialização produtiva e da atração de investimentos estrangeiros. A globalização financeira e produtiva, portanto, não apenas redefiniu a dinâmica das relações econômicas internacionais, mas também impôs novos desafios aos formuladores de políticas econômicas, que passaram a lidar com questões como a volatilidade dos mercados,

a concorrência global e a necessidade de adaptar suas estruturas produtivas a um ambiente altamente competitivo e integrado.

3.2 TEORIAS ECONÔMICAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

De acordo com Baumann, Canuto e Gonçalves (2004), a teoria “pura” do comércio internacional procura identificar o que determina tais trocas, buscando responder quais são os ganhos advindos do comércio internacional, que produtos deveriam ser importados e exportados, qual a quantidade de produtos comercializados de maneira internacional, e qual o nível de preços no qual os produtos podem ser comercializados. Entre os séculos XVI e XVIII, a visão mercantilista dominava a discussão sobre tais questionamentos, com a prosperidade de uma economia sendo medida pelo estoque de metais preciosos da nação, onde o comércio internacional era uma fonte de riqueza sob a ótica de acumulação.

Já no final do século XVIII, os autores clássicos passaram a atribuir a satisfação das necessidades dos agentes econômicos como sendo sua motivação principal, não mais seguindo a visão de acumulação de metais preciosos, com ênfase nos motivos individuais dos agentes em um período de consolidação dos impérios e exploração das colônias. David Hume foi um dos primeiros a criticar a lógica mercantil, questionando em 1752 a possibilidade de uma economia acumular ouro indefinidamente sem afetar sua posição competitiva no mercado, pois “seu argumento era o de que a acumulação de ouro via superávits comerciais acabaria por afetar a oferta interna de moeda e, assim, elevar o nível de preços e salários internos” (Baumann; Canuto; Gonçalves, 2004, p. 10 e 11).

A partir dessas críticas consolidou-se uma nova abordagem teórica no campo do comércio internacional, centrada na ideia de que o intercâmbio entre as nações poderia gerar benefícios mútuos, independentemente de uma acumulação unilateral de riqueza. Nesse sentido, a contribuição de Adam Smith foi fundamental ao introduzir o conceito de vantagem absoluta, raciocínio posteriormente ampliado por David Ricardo com a teoria da vantagem comparativa, que demonstrava que mesmo uma nação menos eficiente poderia se beneficiar do comércio internacional, pois “um capitalista considerará naturalmente todas as vantagens que uma atividade pode oferecer relativamente a outra” (Ricardo, 1982, p. 78).

3.2.1 Teoria da Vantagem Absoluta

Segundo Baumann, Canuto e Gonçalves (2004), a lógica da visão clássica iniciada com Adam Smith é que para duas economias manterem vínculos comerciais entre si, ambas devem ter algo a ganhar com tal estrutura, ideia que surgiu com base no modelo onde o processo produtivo depende apenas do fator de produção trabalho. Nessa visão clássica, o comércio internacional seria justificado somente quando é mais barato adquirir produtos de outra economia, de acordo com o conceito de vantagens absolutas, onde um país A tem vantagem absoluta sobre o B, pois fabrica um produto com 10 unidades de trabalho, enquanto o país B necessita de 20 unidades de trabalho.

Algumas críticas à teoria de Smith do final do século XVIII foram que ele considerou a quantidade de horas na produção como determinante principal do preço (sendo que o custo depende da natureza, do trabalho e do capital), e que ele partiu do princípio de que todo país tem alguma vantagem absoluta (Maia, 2006). Essa abordagem reducionista, centrada apenas no trabalho como fonte de valor, limita a compreensão das reais vantagens produtivas entre países.

De acordo com Ricardo (1982), antes da utilização de maquinário e capital durável, mercadorias produzidas com capital igual teriam o mesmo valor. No entanto, com o avanço das técnicas produtivas e a crescente incorporação de capital fixo, o valor das mercadorias passa a ser influenciado por uma variedade de fatores além do trabalho, como o tempo de retorno do investimento e a depreciação do capital. Esse raciocínio evidencia que a teoria da vantagem absoluta ignora a complexidade dos custos de produção e a diversidade estrutural entre as economias.

3.2.2 Teoria da Vantagem Comparativa

No início do século XIX, o economista inglês David Ricardo introduziu o conceito de vantagem comparativa, com o enfoque de que o comércio internacional se deve a diferenças na produtividade do trabalho: um país possui vantagem comparativa quando seu custo de oportunidade da produção de um bem é menor em relação a outros países (Krugman; Obstfeld, 2005).

De acordo com Carbaugh (2004), parceiros comerciais podem produzir mais em conjunto e aumentar o padrão de vida com o intercâmbio dos meios de produção, o que leva ao tema central da lei da vantagem comparativa: a empregabilidade dos recursos para obter o menor custo possível pelos bens produzidos (caso faça mais sentido comprar um bem ou serviço, pode-se dedicar o tempo de manufatura a outros para os quais exista uma vantagem relativa).

Segundo Ricardo (1982) a utilidade não seria a medida do valor de troca, pois as mercadorias derivam tal valor de sua escassez e da quantidade de trabalho necessária para sua produção. Mesmo que uma mercadoria seja altamente útil, ela não terá necessariamente um valor de troca elevado se for abundante ou exigir pouco esforço produtivo. Essa concepção se insere no debate clássico sobre a teoria do valor-trabalho, segundo a qual o trabalho é a principal fonte de valor das mercadorias.

3.2.3 Teoria da Demanda Recíproca

Posteriormente à teoria da vantagem comparativa de Ricardo, John Stuart Mill desenvolveu a Teoria da Demanda Recíproca, com o objetivo de aprofundar a análise das trocas internacionais. Mill procurou evidenciar os mecanismos que determinam a eficiência comparativa com base no que dois países distintos podem produzir dentro de um mesmo número de horas, mesmo em situações em que um dos países não possui vantagem absoluta nem comparativa sobre qualquer produto (Maia, 2006).

Na teoria de Mill pode ocorrer comércio entre esses países dentro de um limite de possibilidade de troca, mas o valor exato de troca será definido pela demanda das mercadorias nos dois países, ou seja, “o comércio se realizará quando os preços equalizarem as demandas nos dois países” (Maia, 2006, p. 331). Essa teoria vai além do suposto por Ricardo de que não há mobilidade de capitais e trabalho entre os países para igualar salários e taxas de lucro, onde os preços relativos das mercadorias não refletem quantidades de trabalho (Bhering, 2017).

Ainda, o tempo que decorre até que o preço de mercado se ajuste ao preço natural depende da natureza de uma mercadoria e da facilidade de redução de sua quantidade (Ricardo, 1982). Compreender essa dinâmica é fundamental para a

análise do equilíbrio de mercado e para a formulação de políticas que busquem mitigar oscilações indesejadas nos preços.

3.2.4 Teoria da Dotação dos Fatores

No século XX, os economistas suecos Eli Heckscher e Bertil Ohlin formularam a Teoria da Dotação dos Fatores, que explica a vantagem comparativa como exclusiva das diferenças nas condições de oferta nacional relativa, ou seja, as dotações de recurso dos países seriam o determinante básico da vantagem comparativa (Carbaugh, 2004). De acordo com Baumann, Canuto e Gonçalves (2004), o modelo *Heckscher-Ohlin* busca explicar o padrão de comércio internacional, onde cada país exportaria o produto que é intensivo em seu fator abundante.

A Teoria de Dotação dos Fatores considera que os países têm os mesmos gastos e preferências, utilizam de fatores com qualidade uniforme e usam a mesma tecnologia, onde os níveis de preços diferem por conta dos países possuírem diferentes dotações relativas de fatores, e *commodities* diferentes necessitarem de intensidades diferentes dos fatores em sua produção (Carbaugh, 2004). Nessa teoria, as condições de demanda são consideradas idênticas para os países, e “existindo idênticas condições de demanda e produtividade dos fatores, as diferenças na abundância relativa de recursos determinam os níveis de preços relativos e o padrão do comércio” (Carbaugh, 2004, p. 81).

Neste tópico, também é importante destacar o conceito de doença holandesa, que afirma que economias com vantagens competitivas em recursos naturais são negativamente afetadas pelos preços internacionais das *commodities*, onde há uma apreciação da taxa de câmbio real (Da Silva; Flôres, 2019). O nome desta “maldição dos recursos naturais” teve origem na crise manufatureira enfrentada pela Holanda na década de 1960, onde a elevação dos preços internacionais de gás natural e a descoberta de jazidas no norte do país “sufocaram” a indústria nacional, o que pode levar a uma desindustrialização da economia.

Além disso, há um paradoxo envolvendo esta teoria. Leontief observou que os Estados Unidos possuem um capital maior que a quantidade de trabalho, o que segundo a teoria de dotação dos fatores significaria exportar produtos com

predominância de capital e importar produtos que necessitam de grande quantidade de seu trabalho, se produzidos internamente (Ellsworth; Leith, 1978). No entanto, em seus estudos de insumo-produto, Leontief constatou que o trabalho é predominante na produção americana para exportação, enquanto o capital é predominante na produção que concorre com importações.

3.3 DINÂMICAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Segundo Dias e Rodrigues (2012), durante os anos de 1500 a 1750 foram estabelecidas as bases para o comércio internacional como é conhecido hoje. Foi nesse período que os fundamentos de uma economia mundial e dos Estados nacionais enquanto agentes econômicos surgiram no plano internacional.

O mercantilismo, enquanto prática adotada por Estados absolutistas nos séculos XVI, XVII e XVIII, mostrou ser a primeira manifestação da teoria de comércio exterior, onde as economias europeias, com o desenvolvimento das grandes navegações, passaram a explorar outras partes do mundo e contribuir para “um mundo integrado economicamente, em que cada parte do planeta cumpre um papel econômico que pode ser fundamental ou periférico” (Dias; Rodrigues, 2012, p. 5).

Algumas das maiores mudanças na economia internacional são consequência da movimentação de fatores de produção, incluindo capital e mão de obra, que se movem de países onde são abundantes, de baixa produtividade, para países onde há escassez, com alta produtividade. Tais fatores se movimentam em resposta aos retornos esperados, de salários e rendimentos do capital, enquanto estes compensam os custos de transferência entre os países. Segundo Carbaugh (2004), o fluxo de fatores produtivos e o comércio internacional de bens e serviços são substitutos entre si, pois um país com falta de mão de obra pode importar produtos intensivos em mão de obra ou a própria mão de obra dos trabalhadores, assim como investimentos internacionais substituem o comércio de produtos intensivos em capital.

3.3.1 Integração Econômica

De acordo com Carbaugh (2004), a integração econômica faz parte do vocabulário de economistas desde a década de 1950. Definida como um processo de eliminação de restrições ao comércio, pagamentos e mobilidade de fatores internacionais, a integração econômica resulta na união de duas ou mais economias por meio de acordos comerciais. Existem diferentes tipos de acordos comerciais regionais, exemplificados no quadro 1.

Quadro 1: Integração Econômica: Tipos de Acordos

Área de livre comércio
Associação de países cujos membros concordam em eliminar todas as barreiras entre eles, tarifárias e não tarifárias. No entanto, cada membro conserva suas próprias restrições comerciais quanto a outros países.
União aduaneira
Acordo entre dois ou mais países para eliminar todas as barreiras entre eles, onde cada membro também adota restrições comerciais idênticas quanto a outros países.
Mercado comum
Grupo de países que negociam permitindo a livre movimentação de bens, serviços e fatores de produção entre os membros, com restrições comuns quanto a outros países.
União econômica
Políticas nacional, fiscal, tributária e social harmonizadas entre os membros e administradas por uma instituição supranacional.
União monetária
Último estágio de união econômica, com unificação das políticas monetárias e adoção de uma moeda comum administrada por uma autoridade supranacional.

Fonte: Adaptado de Carbaugh (2004)

Uma das motivações para acordos comerciais regionais é a possibilidade de maior crescimento econômico, pois um mercado mais amplo pode permitir uma produção de grande escala, incentivar a especialização e atrair investimentos estrangeiros. A integração também pode incentivar uma série de objetivos não econômicos, como controle de fluxos de imigração e promoção da segurança nacional, além de ampliar reformas econômicas internas. Conforme os acordos comerciais são ampliados, o custo de oportunidade de não fazer parte de um aumenta, pois exportadores não membros podem ter uma perda significativa de mercado (Carbaugh, 2004).

A globalização do capital interfere nas dinâmicas produtivas e de consumo dos países, o que não seria possível sem a evolução dos sistemas logísticos de transporte e armazenamento (Silveira, 2013). Com a constante necessidade de redução dos custos de produção, cada vez mais há necessidade de inovações que geram demandas capazes de aumentar a circulação do capital em ciclos de acumulação capitalista, o que interfere na organização do espaço de diversas maneiras

Segundo Silveira (2013), o *New Deal* foi responsável por bilhões de dólares investidos na construção de equipamentos sociais e urbanos de uso coletivo, como usinas, pontes, barragens, aeroportos, hospitais e escolas. As obras estatais serviam ao propósito de dinamizar a economia por meio de um efeito multiplicador interno, o que muitos países tentam implementar de forma ineficiente, pois focam seus investimentos em demandas corporativas, que não necessariamente contribuem com o desenvolvimento nacional. A integração física interna de um país, que tem no centro uma rede de transportes e armazenamento, é necessária para que uma integração externa possa ser consolidada.

Carbaugh (2004) ainda demonstra que é possível explanar os custos e benefícios de acordos comerciais regionais sob duas perspectivas: efeitos estáticos e efeitos dinâmicos. Os efeitos estáticos da integração econômica referem-se à eficiência da produção e ao bem-estar dos consumidores, enquanto os efeitos dinâmicos têm influência na taxa de crescimento de longo prazo dos países membros, referindo-se a criação de maiores mercados, economias de escala, concorrência, estímulo a investimentos em tecnologia e maior eficiência advinda da especialização.

A economia capitalista se desenvolveu da interação entre a inovação técnica (maior produtividade e menos mão de obra) e a expansão do mercado, o qual cresce junto com a massa dos salários. De acordo com Furtado (1998), a inovação depende dos empresários e seus esforços para maximização dos lucros, enquanto a expansão do mercado reflete as forças sociais que lutam pelo aumento dos salários.

Um ponto importante é que a liberalização do comércio por meio de um acordo comercial regional é diferente do multilateralismo representado pela OMC. No acordo regional, os países reduzem barreiras somente entre os parceiros, enquanto na OMC a liberalização deve ocorrer entre todos os países membros (mais de 135 países). De modo geral, blocos regionais podem se tornar um empecilho ao

multilateralismo, pois à medida que se expandem, sua influência em negociações internacionais e seu poder de mercado aumentam, especialmente se adotado uma tarifa externa comum. As barreiras aos países não membros de um bloco podem ser aumentadas caso seja considerado benéfico aos membros, o que interferiria na liberalização do comércio multilateral (Carbaugh, 2004).

Os membros de um bloco regional podem não obter ganhos de escala adicionais com a liberalização global, o que resultaria em uma abertura restrita dos mercados estrangeiros, pois os blocos que adotam uma liberalização abrangente podem levar empresas domésticas a esgotar suas economias de escala. Os membros de um bloco comercial também podem decidir investir em vínculos regionais mais fortes, o que levaria a um menor interesse em negociações globais. No entanto, há o argumento de que blocos com nações de interesses semelhantes são mais prováveis de liberalizar o comércio do que grupos maiores e heterogêneos em negociações multilaterais (Carbaugh, 2004).

Quando formados de acordo com princípios de abertura, os blocos regionais podem ter um impacto positivo no livre comércio, pois podem permitir uma integração maior entre os membros do que tratados multilaterais, já que há um maior número de interesses em comum e o processo de negociação é mais simples. Além disso, à medida que uma área de livre comércio se expande, fica mais atrativo para países não membros obterem as mesmas preferências comerciais. E também, a liberalização regional incentiva o ajuste de trabalhadores que deixam os setores que concorrem com a importação e migram para os setores de exportação, nos quais a vantagem comparativa do país é maior; com isso, aumenta a parcela de trabalhadores que se beneficiam com o comércio liberalizado (Carbaugh, 2004).

Nesse contexto, é importante destacar que a ameaça mais recente ao capitalismo está no plano sociológico, onde a burocratização das grandes empresas afasta os empresários (Hugon, 1978). Porém, segundo a visão de Schumpeter, a readaptação das estruturas seria possível com as amplas possibilidades que o progresso das técnicas e das descobertas oferecem.

Outro conceito que está inserido no tema de integração é o das empresas multinacionais (EMNs), que segundo Carbaugh (2004), não há uma concordância geral sobre elas, porém é possível identificar algumas características entre elas. Operando em vários países, tais empresas normalmente realizam atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D), além de se dedicarem aos serviços

empresariais. A EMN é muitas vezes dirigida de um centro distante do país onde está inserida, o controle de ações e a administração costumam ser multinacionais, e a proporção das vendas externas é normalmente grande em relação às vendas totais (25% ou mais).

As multinacionais podem diversificar as operações por meio de integração vertical, horizontal e de formação de conglomerados. A integração vertical ocorre normalmente quando a empresa decide estabelecer subsidiárias estrangeiras para produzir insumos ou bens intermediários que entram na cadeia de produção de um produto acabado, buscando se beneficiar das economias de escala e da especialização internacional. A integração horizontal ocorre quando a matriz estabelece uma subsidiária para fabricar um produto idêntico no país estrangeiro, tornando esta uma unidade independente em capacidade produtiva para a fabricação e venda no mercado estrangeiro, o que normalmente acontece para evitar barreiras tarifárias que deixariam os produtos menos atrativos, ou porque a preferência nacional pode exigir especificações especiais aos produtos (Carbaugh, 2004). As EMNs também podem diversificar na integração no conglomerado em mercados não relacionados.

3.3.2 Barreiras ao Comércio Internacional

Diferença de moeda, idioma, alfabeto, pesos, medidas e legislações são algumas das barreiras enfrentadas no comércio internacional. Segundo Maia (2006), algumas barreiras são definidas como necessárias, pois protegem a produção e os empregos nacionais, enquanto outras barreiras são inaceitáveis, pois desviam do modelo de livre comércio (caso do monopólio, *dumping*, oligopólio, *trusts* e cartéis).

De acordo com Maia (2006), existem barreiras alfandegárias que são criadas para estimular a implantação de novas indústrias e gerar novos empregos, medida que pode levar a uma modernização na indústria nacional para enfrentar a concorrência externa, se for aplicada em caráter temporário e com tarifas decrescentes. Do contrário, a indústria nacional pode continuar no mesmo nível de produção, com produtos de valor elevado e qualidade ruim.

Existem ainda as barreiras não tarifárias, que podem ser classificadas em barreiras técnicas (grande exigência nas especificações), ecológicas, burocráticas,

sanitárias e contra drogas (Maia, 2006). Enquanto algumas barreiras têm consequência não relevante para o comércio, como a exigência de etiqueta e embalagem para identificação, outras afetam significativamente os parceiros comerciais de um país, caso das cotas de importação, restrições às exportações, subsídios e exigências de parcela de conteúdo nacional (Carbaugh, 2004).

Para um país elevar o padrão de vida de sua população, este deve aumentar sua produtividade, o que exige a introdução de métodos de produção aprimorados. Enquanto técnicas eficientes exigem grande soma de capital, muitos países em desenvolvimento adicionam programas de investimento que podem constituir o núcleo do plano de desenvolvimento econômico (Ellsworth; Leith, 1978).

Segundo Furtado (1998), os novos desafios enfrentados são de caráter social, e não puramente econômico, como na fase anterior do desenvolvimento do capitalismo, com a administração sendo mais substituída pelo governo criativo das pessoas. É percebida uma fase de concentração de poder, o que favorece as grandes empresas, e o grande desafio é minimizar os males resultantes da perda de comando, com as grandes consequências negativas sendo a vulnerabilidade externa e a exclusão social.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

De acordo com a literatura revisada, nos resultados busca-se estabelecer conexões entre os acontecimentos históricos e as transformações estruturais observadas, bem como avaliar os impactos da globalização e a aplicabilidade das teorias econômicas no contexto contemporâneo. Com descrição de dados, são também destacados padrões, tendências e implicações para a economia internacional, fornecendo as bases para a conclusão do estudo.

4.1 EVENTOS HISTÓRICOS E TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS

Observando a história do desenvolvimento da economia internacional, é possível perceber que este foi marcado por eventos que transformaram profundamente a estrutura financeira e comercial ao longo dos séculos. Desde as trocas comerciais do Império Romano e as conexões estabelecidas pelas Cruzadas, passando pelo Mercantilismo que priorizava a acumulação de metais preciosos, até o surgimento do Liberalismo defendido por Adam Smith, observa-se uma evolução contínua das práticas econômicas.

Segundo Furtado (1998), o processo histórico de formação econômica da sociedade moderna pode ser observado com 3 visões: intensificação do esforço acumulativo, ampliação do horizonte de possibilidades técnicas e aumento da população com acesso a um novo padrão de consumo.

Não se trata de três processos distintos, e sim de três faces em interação de um só processo histórico. É fácil perceber que, sem as inovações técnicas, não iria muito longe o aumento da poupança, e que a ampliação do poder de compra da população era elemento essencial para a reprodução dinâmica do sistema (Furtado, 1998, p. 26).

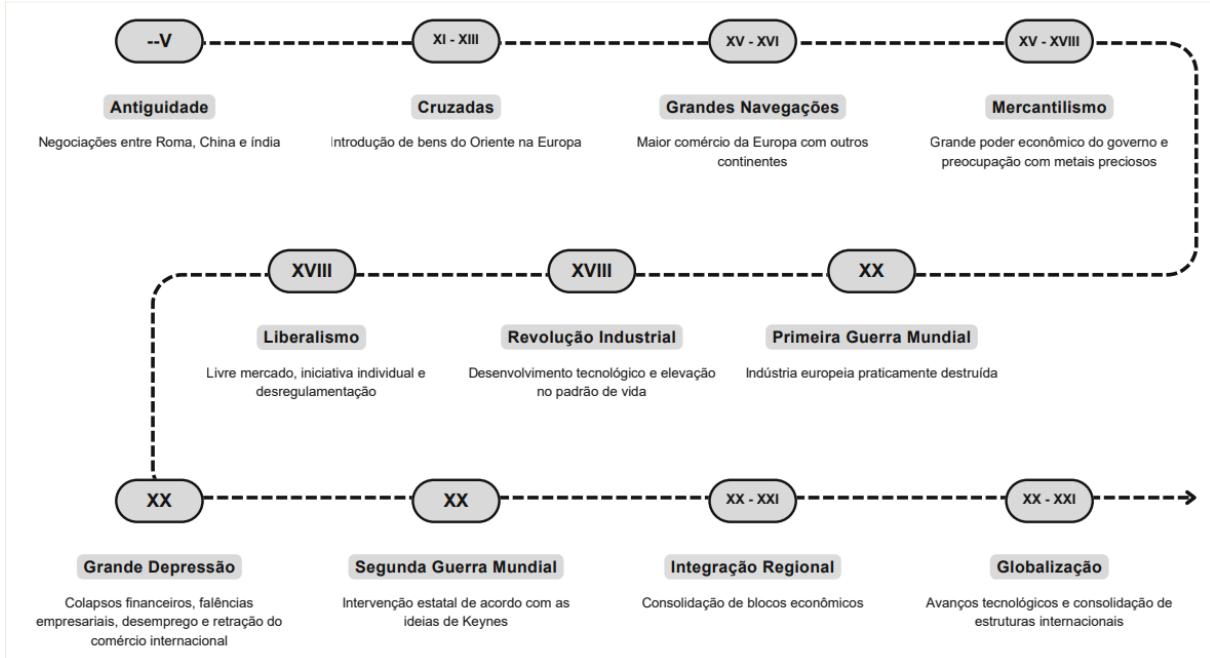
A Revolução Industrial no século XVIII representou um grande marco ao introduzir tecnologias que aumentaram a produtividade e reduziram custos de transporte, favorecendo a expansão do comércio entre diferentes países. No século XX, crises como a Grande Depressão de 1929 e as duas guerras mundiais impulsionaram mudanças estruturais, incluindo a criação de instituições financeiras internacionais e novas abordagens teóricas, como as propostas por Keynes. Esses acontecimentos consolidaram um sistema econômico global interdependente,

moldado por avanços tecnológicos, políticas econômicas e processos de integração que culminaram na globalização contemporânea.

4.1.1 Principais eventos históricos

Os principais eventos históricos que moldaram a economia internacional refletem mudanças profundas nas estruturas produtivas e nas relações comerciais entre as nações. Na figura 1, demonstra-se uma linha do tempo com os principais momentos observados na evolução da economia internacional.

Figura 1: Linha do Tempo (Séculos)



Fonte: Adaptado de Carbaugh (2004); Maia (2006); Hunt e Sherman (1994)

A Figura 1 sintetiza os principais marcos históricos que moldaram a economia internacional, permitindo visualizar a transição gradual entre diferentes paradigmas econômicos. Essa representação evidencia como as práticas comerciais evoluíram de trocas rudimentares para sistemas complexos de integração global, destacando que cada período histórico foi impulsionado por fatores políticos, tecnológicos e sociais interligados. A linha do tempo reforça a ideia de continuidade, mas também revela rupturas significativas, como a passagem do Mercantilismo para o Liberalismo e, posteriormente, para a globalização, indicando que as mudanças não ocorreram de forma espontânea, mas como resposta a crises e oportunidades estruturais.

Conforme evidenciado na Figura 1, no período antigo o Império Romano já realizava trocas com regiões distantes, como China e Índia, enquanto as Cruzadas introduziram bens orientais na Europa medieval. A Era dos Descobrimentos ampliou as rotas comerciais e consolidou o papel dos comerciantes europeus. Entre os séculos XVI e XVIII, o Mercantilismo dominou, com políticas voltadas à acumulação de metais preciosos e controle estatal sobre o comércio. No século XVIII, o Liberalismo econômico, defendido por Adam Smith, trouxe a ideia de livre mercado e mínima intervenção estatal, coincidindo com a Revolução Industrial, que revolucionou a produção e os transportes, elevando a produtividade global.

Já no século XX, eventos como a Primeira Guerra Mundial e a Grande Depressão de 1929 provocaram crises e transformações. Estes acontecimentos levaram à criação de instituições financeiras internacionais e à adoção de novas políticas econômicas, como as propostas por Keynes, que influenciaram a organização do sistema econômico global contemporâneo.

Ao analisar os eventos dispostos na Figura 1, observa-se que cada fase trouxe transformações profundas na organização econômica mundial. O período das Grandes Navegações, por exemplo, não apenas ampliou as rotas comerciais, mas também consolidou a formação dos Estados nacionais e a lógica mercantilista, baseada na acumulação de metais preciosos. A Revolução Industrial, por sua vez, representou um divisor de águas ao introduzir inovações tecnológicas que reduziram custos e aumentaram a produtividade, favorecendo a expansão do comércio global. Já no século XX, crises como a Grande Depressão e as guerras mundiais impulsionaram a criação de instituições financeiras internacionais, consolidando um sistema econômico interdependente e regulado por mecanismos multilaterais.

A análise da Figura 1 também permite compreender como os processos históricos influenciam as dinâmicas atuais da economia internacional. A globalização, situada no estágio mais recente da linha do tempo, não é um fenômeno isolado, mas resultado acumulado das transformações anteriores, como a liberalização comercial e os avanços tecnológicos. Essa trajetória evidencia que os desafios contemporâneos (como volatilidade financeira, desigualdades econômicas e integração produtiva) têm raízes históricas, reforçando a importância de uma abordagem sistêmica para interpretar o presente e projetar o futuro. Assim, a Figura 1 não apenas ilustra eventos passados, mas serve como ferramenta analítica para

compreender a complexidade das relações econômicas globais e seus impactos sobre políticas e estratégias nacionais.

4.1.2 Transformações observadas

Podem ser identificadas algumas fases principais no desenvolvimento da economia internacional, cada uma com características específicas de seu tempo e mudanças advindas de sua implementação. Tal evolução está exemplificada de maneira resumida no quadro 2.

Quadro 2: Fases e Transformações Históricas

Fase	Características	Mudanças Estruturais
Início (Séculos XV–XVIII)	Grandes Navegações, expansão das rotas marítimas, início do comércio intercontinental.	Formação dos Estados nacionais, surgimento do Mercantilismo, acumulação de metais preciosos.
Industrialização (Séculos XVIII–XIX)	Revolução Industrial, aumento da produtividade, redução dos custos de transporte.	Consolidação do Liberalismo econômico, livre mercado, integração inicial das economias.
Pré e Pós-Guerra (Século XX)	Crise global, guerras mundiais, criação de instituições financeiras internacionais.	Interdependência econômica, políticas Keynesianas, fortalecimento da cooperação multilateral.
Globalização (Séculos XX–XXI)	Avanços tecnológicos, internet, intensificação dos fluxos de capitais e informações.	Integração produtiva global, cadeias de valor internacionais, vulnerabilidade às oscilações externas.

Fonte: Adaptado de Maia (2006)

O Quadro 2 apresenta uma síntese das principais etapas da evolução da economia internacional, organizando-as em quatro grandes períodos: início das trocas globais, industrialização, pré e pós-guerra, e globalização. Essa estrutura é útil para compreender a progressão histórica, mas também revela pontos que merecem análise crítica.

Embora o quadro ofereça uma visão clara e didática, ele simplifica processos que foram complexos e, muitas vezes, sobrepostos. Por exemplo, a globalização não é um fenômeno restrito aos séculos XX e XXI, pois suas raízes remontam às

Grandes Navegações e à integração comercial iniciada no período mercantilista. Essa linearidade pode induzir à percepção equivocada de que as fases são limites, quando na realidade coexistem elementos de diferentes períodos em um mesmo contexto histórico.

O quadro destaca mudanças estruturais como avanços tecnológicos e integração produtiva, mas subestima a influência de fatores políticos, sociais e culturais. A formação de instituições multilaterais no século XX, por exemplo, não foi apenas uma resposta a crises econômicas, mas também resultado de negociações políticas complexas e da busca por estabilidade geopolítica. Ignorar essas dimensões pode levar a uma interpretação reducionista, centrada apenas na lógica econômica, sem considerar os impactos sobre soberania nacional, desigualdade e governança global.

As transformações observadas na economia internacional ao longo da história refletem mudanças estruturais profundas que alteraram a dinâmica das relações comerciais e financeiras globais (Quadro 2). Inicialmente, a evolução tecnológica, como a invenção da navegação marítima, dos trens e posteriormente dos aviões, reduziu barreiras físicas e ampliou a integração entre mercados. A Revolução Industrial foi um marco decisivo, pois introduziu a produção em larga escala e reduziu custos, favorecendo a expansão do comércio global. No século XX, a criação de instituições como o FMI e o Banco Mundial consolidou mecanismos de governança econômica internacional, enquanto crises como a Grande Depressão de 1929 e as duas guerras mundiais impulsionaram novas políticas e teorias econômicas. Mais recentemente, a globalização intensificou fluxos de capitais, tecnologia e informação, tornando as economias interdependentes, mas também mais vulneráveis a oscilações externas. Essas transformações estruturais moldaram um sistema econômico global caracterizado pela integração produtiva, pela liberalização comercial e pela necessidade de cooperação multilateral.

A síntese das principais mudanças na economia internacional evidencia como os eventos históricos e as transformações estruturais moldaram um sistema global interdependente. As teorias clássicas, como a vantagem comparativa, continuam sendo fundamentais para justificar a especialização e os ganhos mútuos do comércio, mas precisam ser complementadas por abordagens modernas que considerem fatores como tecnologia, economias de escala, diferenciação de produtos e papel das empresas multinacionais.

Em um contexto de globalização, essas teorias ajudam a compreender por que países investem em setores estratégicos, como tecnologia e inovação, e como as diferenças na dotação de fatores influenciam padrões de comércio e fluxos de capital. Além disso, elas fornecem base para políticas comerciais e negociações internacionais, permitindo avaliar impactos de acordos regionais, barreiras tarifárias e integração econômica. Assim, a combinação entre teorias clássicas e modernas é essencial para interpretar os desafios contemporâneos, como volatilidade financeira, competitividade global e desigualdades econômicas.

4.2 DINÂMICAS DA GLOBALIZAÇÃO

A globalização, cujas origens remetem às Grandes Navegações, foi intensificada pela Revolução Industrial no século XVIII, que impulsionou a produção em larga escala e a necessidade de novos mercados consumidores. No século XX, consolidou-se um sistema econômico internacional baseado na liberalização comercial e na cooperação multilateral.

Na economia atual, é possível observar o grande avanço na globalização que têm acontecido de maneira mais intensiva nas últimas décadas. Contudo, persistem desafios relevantes para alcançar uma integração econômica mais equilibrada, especialmente no que diz respeito à redução das desigualdades entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. A ausência de mecanismos eficazes para corrigir assimetrias estruturais pode comprometer a construção de um desenvolvimento econômico mais homogêneo, capaz de garantir benefícios compartilhados e sustentabilidade no longo prazo.

Para enfrentar esses desafios, torna-se essencial fortalecer mecanismos de governança global e promover políticas que incentivem a cooperação econômica entre as nações. A adoção de estratégias voltadas para a redução das disparidades, como investimentos em infraestrutura, educação e tecnologia nos países em desenvolvimento, pode contribuir para uma integração mais justa e sustentável. Além disso, é necessário equilibrar os benefícios da abertura comercial com medidas que protejam economias vulneráveis, evitando que a globalização aprofunde desigualdades existentes. Dessa forma, a construção de um sistema

econômico internacional mais inclusivo depende tanto da ação coordenada entre Estados quanto da participação ativa de organismos multilaterais.

De acordo com Furtado (1998), a globalização há de ser imposta no mundo todo, como um imperativo tecnológico, semelhante ao dos processos de industrialização. Tal mudança tem resultado em uma crescente concentração de renda e exclusões sociais em diversos países, onde o nascimento de uma nova forma de organização social que redefine a distribuição de renda é a contrapartida do crescimento econômico, o que leva a uma era de incertezas.

A primeira Revolução Industrial também levou a desemprego, mas o aumento no poder de compra da população assalariada possibilitou uma expansão nos mercados internos, pois segundo Furtado (1998), o desenvolvimento só é efetivo se pode contar com mercados em expansão. Para entender uma civilização industrial, precisa-se entender o processo de aumento no poder de compra da população, que é comandado por fatores de natureza institucional e política.

4.2.1 Benefícios da globalização

A globalização trouxe benefícios significativos para a economia mundial, promovendo maior integração entre países e ampliando as oportunidades de crescimento econômico. Entre os principais benefícios, é possível destacar a expansão do comércio internacional, que permite aos países acessar mercados mais amplos, diversificar suas exportações e importar bens e serviços a menores custos. Esse processo também estimula a especialização produtiva, aumentando a eficiência e reduzindo desperdícios, além de favorecer a transferência de tecnologia e conhecimento, impulsionando a inovação.

Além disso, a globalização também favorece a difusão de padrões internacionais de qualidade, segurança e sustentabilidade, elevando a competitividade das empresas e estimulando práticas mais eficientes. Esse processo contribui para a integração das cadeias produtivas globais, permitindo que países participem de redes de valor internacional e ampliem sua capacidade de inovação por meio da cooperação tecnológica e científica, fatores que fortalecem o desenvolvimento econômico e social em escala global.

Outro aspecto relevante da globalização é a atração de investimentos estrangeiros, que contribuem para o desenvolvimento de infraestrutura, geração de empregos e dinamização das economias locais. Por fim, há também a ampliação da interdependência econômica, que cria redes de cooperação que podem fortalecer a estabilidade global e promover maior bem-estar social, desde que acompanhada por políticas que assegurem uma distribuição homogênea dos ganhos.

4.2.2 Desafios da globalização

Os desafios da globalização estão relacionados a assimetrias econômicas e sociais que persistem entre países e à vulnerabilidade das economias nacionais diante das oscilações externas. Embora a integração global tenha ampliado oportunidades, ela também intensificou a dependência de mercados internacionais, tornando as economias mais suscetíveis a crises financeiras e choques externos. Além disso, a globalização pode aprofundar desigualdades, pois os benefícios não são distribuídos de forma homogênea, favorecendo países desenvolvidos e grandes corporações em detrimento das economias menos competitivas.

Segundo Krugman e Wells (2023), diferenças fiscais entre países geram incentivos para que multinacionais apresentem grandes investimentos em países com impostos mais baixos. O FMI estima que cerca de 40% do investimento corporativo internacional é representado por fluxos de capital “fantasma” que visam evitar impostos, o que resulta em uma grande perda de receita para vários governos.

A evasão fiscal pode distorcer tanto o balanço de pagamentos (transações de um país com outros) quanto a contabilidade da receita nacional, como é o exemplo da Irlanda em 2015, que informou um aumento de 26% no PIB real, taxa que não refletia o crescimento real da economia do país. O que ocorreu foi que devido à taxa de imposto corporativo na Irlanda ser de 12,5% (muito menor que a de 28% da França, por exemplo), grandes empresas atribuíram mais de seu valor agregado para o país, resultando no que foi chamado de “economia dos duendes” (Krugman e Wells, 2023).

Outro desafio é a necessidade de adaptação das estruturas produtivas a um ambiente altamente competitivo, o que exige uma quantidade maior de investimentos em tecnologia, educação e infraestrutura, muitas vezes inacessíveis

para países em desenvolvimento. Por fim, a governança global enfrenta dificuldades para criar mecanismos eficazes que conciliem abertura comercial com proteção social e sustentabilidade, evitando que a globalização se torne um fator de exclusão econômica e social.

4.3 TEORIAS ECONÔMICAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

As teorias econômicas do comércio internacional buscam explicar os fundamentos e os mecanismos que orientam as trocas entre países, bem como os ganhos resultantes dessas interações. No quadro 3 são destacadas as principais teorias envolvendo a economia internacional.

Quadro 3: Principais Teorias Econômicas

Teoria	Autor	Período
Vantagem Absoluta	Adam Smith	Século XVIII
Vantagem Comparativa	David Ricardo	Início do século XIX
Demanda Recíproca	John Stuart Mill	Século XIX
Dotação dos Fatores	Eli Heckscher e Bertil Ohlin	Século XX

Fonte: Adaptado de Maia (2006) e Ricardo (1982)

Inicialmente, as abordagens clássicas, como a Teoria da Vantagem Absoluta de Adam Smith e a Teoria da Vantagem Comparativa de David Ricardo, enfatizavam a especialização produtiva e os benefícios mútuos do comércio, considerando principalmente o fator trabalho como determinante dos custos. Posteriormente, surgiram teorias complementares, como a Teoria da Demanda Recíproca de John Stuart Mill, que incorporou a influência da demanda na definição dos termos de troca.

No século XX, as teorias modernas ampliaram essa análise, destacando a Teoria da Dotação dos Fatores (Heckscher-Ohlin), que atribui a vantagem comparativa às diferenças na abundância relativa de recursos produtivos, além de considerar aspectos como tecnologia, economias de escala e papel das empresas multinacionais. Essas contribuições permitiram compreender melhor a complexidade do comércio internacional, que hoje é influenciado por fatores estruturais, estratégias empresariais e processos de globalização, tornando-se essencial para interpretar as dinâmicas econômicas contemporâneas.

4.3.1 Teorias clássicas

As teorias clássicas do comércio internacional surgiram entre os séculos XVIII e XIX e constituem a base para compreender as trocas econômicas entre países. A primeira delas é a Teoria da Vantagem Absoluta, proposta por Adam Smith, que defende que um país deve produzir e exportar bens nos quais possui maior eficiência produtiva, importando aqueles que outros países produzem a um custo menor. Posteriormente, David Ricardo introduziu a Teoria da Vantagem Comparativa, que ampliou essa lógica ao demonstrar que mesmo uma nação menos eficiente em termos absolutos pode se beneficiar do comércio internacional, desde que se especialize nos bens em que possui menor custo de oportunidade.

Essas teorias enfatizam a especialização e os ganhos mútuos do comércio, fundamentando a ideia de que a liberalização comercial contribui para o aumento da produtividade e do bem-estar global. Apesar de suas limitações, como a simplificação dos fatores de produção e a ausência de considerações sobre tecnologia e capital, essas abordagens foram essenciais para o desenvolvimento das análises econômicas modernas.

Além disso, as teorias clássicas desempenharam papel fundamental na construção das bases conceituais da economia internacional ao estabelecerem princípios que ainda orientam análises contemporâneas sobre especialização e ganhos do comércio. Elas contribuíram para evidenciar que o comércio internacional não é apenas resultado de decisões políticas ou de oportunidades de mercado, mas também de estruturas produtivas e diferenças relativas entre países. Dessa forma, elas constituem um marco teórico essencial para interpretar tanto a evolução histórica das relações comerciais quanto os desafios impostos pela globalização contemporânea.

4.3.2 Teorias modernas

As teorias modernas do comércio internacional surgiram para complementar e superar as limitações das abordagens clássicas, incorporando novos fatores explicativos diante da complexidade crescente das relações econômicas globais. Entre elas, destaca-se a Teoria da Dotação dos Fatores, formulada por Heckscher e

Ohlin, que atribui a vantagem comparativa às diferenças na abundância relativa de recursos produtivos entre países, explicando que cada nação tende a exportar bens intensivos nos fatores que possui em maior quantidade. Essa perspectiva foi posteriormente questionada pelo paradoxo de Leontief, que demonstrou inconsistências entre a teoria e a prática, abrindo espaço para análises mais sofisticadas sobre tecnologia, produtividade e estrutura de mercado.

Além disso, as teorias modernas incorporam elementos como economias de escala, diferenciação de produtos e papel das empresas multinacionais, reconhecendo que o comércio não depende apenas de custos relativos, mas também de estratégias empresariais e integração produtiva global. Essas contribuições ampliaram a compreensão do comércio internacional, tornando-o mais aderente à realidade contemporânea marcada pela globalização e pela interdependência econômica.

Segundo Ellsworth e Leith (1978), a teoria clássica do comércio internacional se baseava na teoria do valor do trabalho para explicar os preços relativos de um país, considerando só um fator de produção. Esta teoria passou a ser considerada obsoleta, e deu lugar à teoria de equilíbrio geral, que normalmente supõe combinações variadas dos fatores tradicionais (terra, mão de obra e capital). “Como a teoria clássica de comércio internacional, a teoria moderna supõe que a característica que justifica um tratamento separado de comércio internacional é a imobilidade de fatores entre as nações” (Ellsworth; Leith, 1978, p. 96).

4.4 SÍNTESE DOS RESULTADOS

O estudo evidenciou que a economia internacional é fruto de um processo histórico complexo, marcado por eventos estruturantes que redefiniram as relações econômicas globais. Desde as práticas mercantilistas até a consolidação do liberalismo econômico, cada etapa contribuiu para moldar um sistema que hoje se caracteriza pela interdependência entre nações. Essa trajetória demonstra que as transformações econômicas não ocorreram de forma isolada, mas foram impulsionadas por fatores políticos, sociais e tecnológicos que se entrelaçam ao longo do tempo.

A transição do Mercantilismo para o Liberalismo representou uma mudança significativa, substituindo políticas protecionistas por princípios de livre mercado e mínima intervenção estatal. Essa alteração não apenas redefiniu as estratégias comerciais, mas também abriu espaço para uma maior integração econômica entre países, criando condições para o desenvolvimento do comércio internacional. A partir desse momento, a lógica das trocas passou a ser orientada pela busca de eficiência e competitividade, elementos que permanecem centrais até hoje.

A Revolução Industrial foi um grande marco na história econômica, ao introduzir inovações tecnológicas que ampliaram a produtividade, reduziram custos e impulsionaram a expansão das trocas comerciais em escala global. Esse período consolidou a industrialização como motor do crescimento econômico e intensificou a necessidade de mercados externos para absorver a produção excedente. Além disso, a revolução tecnológica alterou profundamente as estruturas sociais e econômicas, criando novas dinâmicas de poder entre as nações.

Posteriormente, a consolidação da globalização intensificou fluxos de capitais, bens, serviços e informações, criando um sistema econômico interdependente e altamente competitivo. Embora esse processo tenha gerado oportunidades de crescimento e inovação, também trouxe desafios relacionados à desigualdade, vulnerabilidade das economias e volatilidade dos mercados. As teorias clássicas e modernas continuam relevantes para compreender essas dinâmicas, mas precisam ser ajustadas às novas realidades, como integração produtiva, cadeias globais de valor e papel das multinacionais.

As teorias clássicas do comércio internacional, formuladas entre os séculos XVIII e XIX, concentravam-se essencialmente no fator trabalho como determinante dos custos de produção e, portanto, da especialização econômica entre países. Modelos como os de Adam Smith e David Ricardo partiam de pressupostos de mercados perfeitamente competitivos, ausência de economias de escala e imobilidade internacional dos fatores de produção. Embora inovadoras para seu tempo, tais teorias apresentavam simplificações significativas, especialmente ao ignorarem o papel estratégico do capital, das tecnologias produtivas e das estruturas industriais, fatores que se tornariam centrais nas análises posteriores. Dessa forma, a explicação clássica sobre os ganhos do comércio, apesar de ainda útil como fundamento introdutório, mostra-se insuficiente para capturar a complexidade das dinâmicas comerciais contemporâneas.

As teorias modernas, desenvolvidas ao longo do século XX como o modelo *Heckscher-Ohlin*, surgiram justamente para superar essas limitações ao incorporar múltiplos fatores de produção (como terra, trabalho e capital) e ao reconhecer diferenças estruturais entre países. Além disso, abordagens posteriores, influenciadas por contribuições como o paradoxo de Leontief, evidenciaram que nem sempre as previsões teóricas se verificavam empiricamente, levando à ampliação dos modelos analíticos. Outras teorias modernas passaram a considerar elementos como economias de escala, diferenciação de produtos, inovações tecnológicas e estratégias de empresas multinacionais, reconhecendo que o comércio internacional depende não apenas de dotações relativas de fatores, mas também de processos produtivos complexos e de decisões corporativas em cenários de concorrência imperfeita.

No conjunto, a comparação crítica entre teorias clássicas e modernas revela uma clara evolução no esforço de compreender o funcionamento da economia internacional. Enquanto as teorias clássicas se concentram em relações simples de produtividade e custos relativos, as teorias modernas ampliam o escopo analítico ao incorporar fatores institucionais, tecnológicos e estruturais que moldam o comércio na era da globalização.

Essa transição teórica demonstra que, embora as bases clássicas permaneçam essenciais para entender os fundamentos das trocas internacionais, somente as teorias modernas são capazes de explicar fenômenos contemporâneos como cadeias globais de valor, integração produtiva, especialização tecnológica e o papel das corporações transnacionais. Assim, a articulação entre ambas as abordagens oferece um quadro interpretativo mais robusto para analisar a economia internacional em sua complexidade histórica e atual.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como tema a evolução histórica da economia internacional, permitindo compreender que esta é resultado de um processo histórico complexo, marcado por transformações políticas, sociais, tecnológicas e institucionais que moldaram a dinâmica das relações econômicas globais. O objetivo geral, que consistiu em analisar o processo histórico de formação e consolidação da economia internacional, foi plenamente atingido ao demonstrar como diferentes períodos, desde o Mercantilismo até a globalização contemporânea, contribuíram para a configuração atual do sistema econômico global. A investigação evidenciou que tais mudanças não ocorreram de maneira espontânea, mas foram impulsionadas por necessidades estruturais, avanços tecnológicos e decisões estratégicas adotadas pelos Estados ao longo dos séculos.

Cada objetivo específico também foi alcançado ao longo do desenvolvimento da pesquisa. O primeiro objetivo, de investigar as origens do comércio internacional, foi atendido ao analisar os primórdios das trocas comerciais, destacando o papel das Cruzadas e das Grandes Navegações na ampliação do fluxo de bens e na formação das primeiras rotas econômicas globais. O segundo objetivo, que buscava examinar os principais eventos históricos e transformações estruturais que contribuíram para a consolidação da economia internacional, foi igualmente cumprido ao se discutir a influência decisiva do Mercantilismo, do Liberalismo econômico, da Revolução Industrial e das crises do século XX na redefinição dos paradigmas econômicos.

O terceiro objetivo específico, de analisar os desafios e contribuições da globalização, foi satisfeito por meio da abordagem dos benefícios relacionados à integração econômica, ao avanço tecnológico e à circulação de capitais, bem como das dificuldades vinculadas às desigualdades estruturais e à vulnerabilidade dos países diante das oscilações globais. Por fim, o quarto objetivo, de estudar as teorias econômicas que explicam a evolução das trocas internacionais, foi atendido mediante apresentação e análise das principais teorias clássicas e modernas, evidenciando sua relevância para a compreensão das dinâmicas atuais.

Dessa forma, foi possível responder ao problema de estudo, que questionava de que maneira a escassez de recursos e a ampliação da demanda estimularam o surgimento e a expansão das trocas internacionais ao longo da história. Constatou-se que a combinação entre necessidades crescentes de consumo e limitações na disponibilidade de recursos sempre impulsionou sociedades a buscar alternativas externas para suprir demandas internas. Esse movimento promoveu o intercâmbio entre regiões, acelerou o desenvolvimento de inovações tecnológicas e fortaleceu a interdependência entre as nações, consolidando um sistema econômico global cada vez mais integrado e complexo.

Para trabalhos futuros, sugere-se aprofundar a análise sobre os efeitos recentes da globalização, especialmente no contexto das transformações digitais, da reconfiguração das cadeias globais de valor e das tensões geopolíticas contemporâneas. Nesse sentido, torna-se relevante investigar como a reorganização das cadeias produtivas globais, impulsionada tanto por inovações tecnológicas quanto por disputas geopolíticas, abre espaço para estudos que analisem a realocação de investimentos, a regionalização produtiva e os desafios impostos a países em desenvolvimento diante dessas mudanças aceleradas.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

BAUMANN, Renato; CANUTO, Otaviano; GONÇALVES, Reinaldo. **Economia Internacional: Teoria e Experiência Brasileira** [3. reimpressão]. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BHERING, Gustavo Ribeiro de Freitas. **Princípio de Say, Distribuição Internacional do Ouro e Demandas Efetivas Recíprocas em Ricardo**. 2017. Tese (Doutorado em Economia), Programa de Pós-Graduação em Economia, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

CARBAUGH, Robert J. **Economia Internacional**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

DA SILVA, Michael Gonçalves; FLÓRES, Fernanda Dalcin. **Doença Holandesa e Fluxos de Capitais Financeiros: Uma Proposta Teórica**. [artigo científico]. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/533/2019/05/DOENA-HOLANDESA.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2025.

DIAS, Reinaldo (Org.); RODRIGUES, Waldemar (Org.). **Comércio Exterior: Teoria e Gestão**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ELLSWORTH, Paul T.; LEITH, J. Clark. **Economia Internacional**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1978.

FREITAS, Sebastião Garcia De. **Economia Internacional: Pagamentos Internacionais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

FURTADO, Celso. **O Capitalismo Global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GIL, Antonio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**, 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. E-book. p.9. ISBN 9788597020991. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597020991/>>. Acesso em: 01 abr. 2025.

HUGON, Paul. **História das Doutrinas Econômicas**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 1978.

HUNT, E. K.; SHERMAN, Howard J. **História do Pensamento Econômico**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: Teoria e Política**. 6. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005.

KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. **Introdução à Economia**. 6. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2023.

MAIA, Jayme de Mariz. **Economia Internacional e Comércio Exterior**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Metodologia Científica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. p.iv. ISBN 9786559770670. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559770670/>>. Acesso em: 01 abr. 2025.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <<https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>. Acesso em: 06 mai. 2025.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SILVEIRA, Márcio Rogério. Infraestruturas e Logística de Transportes no Processo de Integração Econômica e Territorial. **Mercator – Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza, v. 12, n. 2, p. 41-53, set. 2013.